


As políticas educacionais no Século XXI: reflexões sobre a atual conjuntura brasileira

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Esgotamento e crise do modelo de escola pública nas últimas décadas do Século XX

- Falência do princípio de justiça “igualdade de oportunidades” - Crítica à padronização, emergência dos reclamos pela diversidade e reconhecimento.
 - Enfraquecimento da escola como modelo de êxito (mobilidade social)
- 
- Deslegitimação da escola como instituição promotora do bem-comum
 - Desautorização dos docentes como sujeitos profissionais (competência e responsabilização) e suas instituições representativas.

O mercado como paradigma

A escola em casa (*home schooling*)

Os cheques-estudos (*educational vouchers*)

As escolas charter (*charter schools*)

Surgem como alternativas para as famílias que demandam tomar em suas mãos a educação de seus filhos.

Estratégias de apropriação dos recursos públicos para o financiamento da educação privada, reforçando valores consumistas e individualistas.



Uma conjuntura de Risco

O golpe de Estado ocorrido em agosto de 2016, quando foi levado a cabo o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, colocou Michel Temer no comando do governo Federal. Desde então este governo tem posto em marcha uma política de austeridade que compromete a sobrevivência de milhões de brasileiros/as. Contando com larga maioria no Congresso Nacional, conseguiu aprovar a Emenda Constitucional n.95 que congela o gasto com políticas sociais para os próximos 20 anos. Este é um demonstrativo entre tantos da política em curso.

Uma agenda retrógrada para a educação

Além dos severos cortes nos recursos destinados às políticas sociais, o que se percebe é um **progressivo avanço da direita** em grande parte do mundo. Neste momento, a direita tem conseguido operar por incorporações tradicionais, ressuscitando velhos jargões e apostando no medo das classes médias, estimulando o **ódio social**: a homofobia, o machismo, o racismo, etc. A maior expressão deste fenômeno na educação são os projetos de **“Escola sem partido”** apresentados por parlamentares de direita no parlamento em nível municipal, estadual e federal.



Violenta guinada à direita

Michel Temer recupera o lema do governo militar (período ditatorial de 1964 a 1985): **ordem e progresso**. O que sinaliza claramente de que lado se posiciona seu governo. Com os compromissos espúrios assumidos para a perpetração do golpe, este governo tem realizado reformas que retiram direitos dos trabalhadores. A reforma trabalhista recentemente aprovada retroage à década de 1940, a aprovação da lei de terceirização que esteve congelada durante os governos de Lula e Dilma, e a referida EC 95 que congela os gastos públicos por 20 anos, são alguns destes feitos.

Antecedentes históricos: para compreender as políticas educacionais do Brasil atual

As políticas públicas desenvolvidas a partir de 2003 alcançaram grande êxito no sentido de diminuir profundas brechas sociais e de alavancar da situação de miséria um importante contingente populacional. Na educação promoveram uma verdadeira revolução.

Ao todo, 21,8 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza no período entre 2001 e 2011, sendo que 3,7 milhões apenas entre os anos de 2009 e 2011. (IPEA, 2012)

Enfrentamento das desigualdades

- Enquanto a renda per capita dos brasileiros no topo da pirâmide subiu 16,6% de 2001 a 2011, os mais pobres tiveram um ganho de 91,2%. Esta é a maior redução das desigualdades documentada no país desde a década de 1960.
- As famílias chefiadas por analfabetos tiveram um aumento de renda de 88,6%, contra uma queda de 11,1% nos rendimentos das famílias cujas pessoas de referência têm 12 ou mais anos de estudo completos. (IPEA, 2012)

Desigualdade regional

No Nordeste, a renda teve um aumento de 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. Entre os negros e pardos, os ganhos foram de 66,3% e 85,5%, respectivamente, enquanto para os declaradamente brancos, esse aumento foi de 47,6%. Já a renda das crianças de zero a quatro anos subiu 61%, contra 47,6% daqueles entre 55 e 59 anos, tradicionalmente os que registravam maiores ganhos. (IPEA, 2012)

A desigualdade regional

Em 20 anos, 85% dos municípios do Brasil saíram da faixa de “muito baixo desenvolvimento humano”. Em 2013, 0,57% dos municípios, ou 32 cidades do total (5.569) que compõem o país, foram consideradas de “muito baixo desenvolvimento humano”. Em 1991, 85,8% dos municípios faziam parte do grupo de “muito baixo desenvolvimento humano”, em 2000, esse número caiu para 70% e, em 2010, despencou para 0,57%. Vale ressaltar que os quatro primeiros melhores IDHM estão no sudeste (três) e sul (um) e os quatro piores estão na região norte do país. (PNUD, 2015)

Educação e desigualdade social

Apesar de a educação ter o índice mais baixo dos três quesitos que compõem o IDH, foi o indicador que mais cresceu nos últimos 20 anos: de 0,279 para 0,637 (128%). Esse avanço é motivado por maior frequência de jovens na escola (2,5 vezes mais que em 1991). No indicador longevidade, o crescimento foi 23% entre 1991 e 2010; no caso de renda, a alta foi de 14%. (PNUD, 2015)

Políticas públicas que fizeram a diferença em Educação

- Programa Bolsa-Família (PBF) - por meio de uma Lei Federal N.º. 10.836 de 09 de janeiro de 2004.
- Criação da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD) em 2004, transformada em Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECADI).
- Programa Mais Educação - criado pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010.

Políticas públicas que fizeram a diferença em Educação

Lei n.11.494/2007 cria o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

Lei n.11.738/2008 institui o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica

Emenda Constitucional (EC, n.59/2009) amplia a obrigatoriedade escolar de 4 aos 17 anos.

Lei n.12.711/2012 estabelece cotas nas Instituições Federais de Ensino para pretos, pardos, indígenas e alunos de escola pública.

Políticas públicas que fizeram a diferença em Educação

Lei 11.096/2005 cria o Programa Universidade para Todos (PROUNI)

Financiamento Estudantil (FIES)

Decreto 6.096/2007 que cria o Programa de Reestruturação da Universidades Federais (REUNI)

Decreto 6.755/2009 que institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR)

Universidade Aberta do Brasil (UAB)

PNE
aprovado!



A estrutura federativa do país e a condução contraditória das políticas

O Brasil com sua estrutura federativa permite que paralelamente a importantes políticas de inclusão da diversidade no sistema escolar desenvolvidas pelo governo federal, convivessem com políticas orientadas por uma lógica de busca da eficiência empresarial apoiadas em avaliações de larga escala (Nova Gestão Pública).

Elemento também presente, contraditoriamente, em algumas políticas estruturantes do Governo Federal, o que reflete um jogo de correlação de forças que internamente interferiram nessas políticas: concepções humanistas versus TCH.

Princípios e características da NGP

- Dissociação das funções de execução e controle
- Fragmentação das burocracias e sua abertura às demandas e exigências dos usuários
- Concorrência de atores públicos com o setor privado e a terceirização dos serviços
- Reforço das responsabilidades e da autonomia dos níveis de execução da ação pública
- Gestão por resultados e a contratação com o estabelecimento de metas e objetivos e a avaliação de desempenho
- Normalização, via padronização, das práticas profissionais baseadas em evidências e em experimentos exemplares.

Política Nacional de Avaliação

Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), participação no *Programme for International Student Assessment* (PISA), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Eficiência *versus* Inclusão

A busca da eficiência é justificada pela lógica capitalista de que se deve produzir mais com menos e por critérios de justiça baseados no mérito individual, que repousa sobre uma perspectiva homogênea e padronizada de avaliação para fundamentar uma distribuição diferenciada. A lógica perseguida pelo princípio de justiça que informa os sistemas educacionais como "o ideal de igualdade de oportunidades" trata a todos como iguais, a partir de um padrão de igualdade e um patamar de entrada que exclui, ou deixa à margem, importante contingente que não corresponde a esses critérios.

Programa Mais Educação

O PME instituído em 2007, com o objetivo de fomentar a educação integral dos alunos mais pobres por meio do apoio a atividades socioeducativas no chamado contraturno escolar, com a participação conjunta dos MEC, MDS, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura, em um regime de colaboração entre os Entes Federados, aliado ao PBF pode ser considerado uma das mais importantes medidas de políticas de inclusão no âmbito da educação.

PME como política inclusiva

Após 10 anos do PBF com a sua gestão de condicionalidades em parceria implementada com o PME para reforçar a escolarização dos estudantes assistidos alcançou em 2013 o percentual de 65% de escolas com maioria de estudantes do Bolsa Família na adesão PME.

A jornada diária ampliada fomentada pelo PME alcançou no ano de 2014 aproximadamente 60.000 escolas, ano provavelmente do seu ápice, vindo a decrescer em abrangência a partir do início de 2015, com cortes orçamentários efetuados, sofrendo maior restrição ainda em 2017, com a implantação do Novo PME.

A desigualdade escolar: a persistência da escola pobre para os pobres

As escolas com grande concentração de estudantes do PBF, que ofertam a educação integral (Programa Mais Educação) quando comparadas à outras escolas, cujas famílias dos alunos percebem renda mais alta, apresentam altos índices de precariedade. Isto mostra que a desigualdade não é prerrogativa da distribuição de renda, mas é fato percebido nas condições estruturais das escolas onde estudam aqueles que vivem em situação de pobreza.

A desigualdade de infraestrutura nas EMPBF

infraestrutura	Escola Pública	EMPBF
Acesso à água	76%	40%
Rede de esgoto	51%	14%
Biblioteca	35%	19%
Computadores	76%	47%
Acesso à internet	60%	25%
Quadra de esportes	40%	12%
Parque infantil	27%	4%
Impressora	72%	42%
Sala de diretoria	76%	48%
Sala de professores	60%	30%
Sala de leitura	19%	10%
Laboratório de ciências	12%	2%
Laboratório de informática	47%	29%
TV	83%	55%
DVD	80%	51%
Copiadora	43%	20%
Sanitário para Educação infantil	22%	4%
Sanitário interno	90%	73%
Sanitário para PNE	24%	10%
Dependências PNE	20%	9%
Energia elétrica	95%	85%
Parabólica	31%	21%
Cozinha	94%	90%

Consequências...

- Ampliação do acesso à educação pública em todos os níveis e etapas contemplando importantes segmentos.

Ao mesmo tempo...

- Crescimento da matrícula em educação privada em todos os níveis e etapas.
- Aumento da desigualdade educacional medida nos testes de proficiência de leitura em língua portuguesa (1.º. e 2.º. Segmentos dos E.F.)

A inclusão de jovens no sistema escolar

De acordo com a última Pnad/IBGE cerca de 2,8 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,7 milhão são jovens entre 15 e 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio. A melhora em relação ao fluxo escolar de milhares de jovens brasileiros nos últimos anos pode ser atribuída: ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); e ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano e Projovem Campo)

A educação superior brasileira

- Entre 2003 e 2014 a matrícula na educação superior aumentou 96,5%.
- 74,9% (5.867.011) é o total de matrículas em IES privadas
- 65,2% foi o aumento observado no número de matrículas dos cursos de licenciatura entre 2003 e 2014
- 41,2% em instituições públicas e 58,8% em IES privadas (na modalidade a distância 51,1%).
- O total de matrículas em licenciatura correspondem 19,6% desse grau acadêmico. (Censo Escolar/INEP, 2016).

Mudança no perfil dos alunos das IFES

- 44% pertencem as classes C,D e E
- 41% oriundos de família que vivem com até três salários mínimos
- 40,8% são pretos e pardos
- A maioria mulheres
- 75% tem até 24 anos
- Mais de 1/3 trabalham
- 2,5% residem em moradias universitárias



Riscos e ameaças às políticas de inclusão e o retorno à elitização

Os recursos públicos estão sendo retirados das áreas sociais para o pagamento de juros da dívida pública que beneficia os bancos e as empresas privadas. Essas medidas poderão aumentar ainda mais o imenso fosso entre ricos e pobres na sociedade brasileira, uma das mais desiguais do mundo. A luta de classe se dá também na luta pelo orçamento público, na qual os setores econômicos querem recuperar o espaço que os movimentos sociais ganharam nesses últimos 15 anos. E a educação está no cerne desta disputa.

A mudança de concepção no PNME

O Programa Novo Mais Educação foi instituído por meio da Portaria MEC nº 1.144/2016 com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental, avaliadas pela Prova Brasil, por isso, prioriza as escolas com baixo desempenho no IDEB.

Além de centrarem a educação no reforço escolar, restringem a autonomia da escola na decisão sobre a adesão ao Programa, transferindo esta responsabilidade para as secretarias de educação e, ainda diminuem os recursos repassados, colocando em risco a permanência do Programa.

Lei 13.415/2017 Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

- Ampliação progressiva da carga-horária das 800 horas (anuais) para 1.400 no prazo máximo de 5 anos. (Art. 1º e altera o Art. 24 da LDB 9394/1996)
- Art. 3º que altera o Art. 35 da LDB 9394/1996 , determinando que a BNCC ”definirá direitos de e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio”
- Maior flexibilidade curricular a partir da eleição dos itinerários formativos (Art. 4º que altera o Art. 36 da LDB 9394/1996).

Riscos e ameaças ao direito à educação na “ponte para o futuro”

53% dos municípios brasileiros tem uma só escola que oferece o EM regular ou profissional. (5.570 municípios, 2.967 estão nesta situação.

No Nordeste mais de 20% das matrículas são oferecidas por estas escolas únicas.

Se cada escola se especializar em apenas um itinerário formativo, apenas 872 municípios (15,7%) teriam possibilidade de ofertar todas as opções aos seus alunos.

Somente em 54,9% dos docentes nesses municípios são formados para as disciplinas que lecionam.



O PNE e o futuro da educação

A EC95 ao congelar os gastos públicos com políticas sociais condena o PNE ao engavetamento, já que 19 metas são dependentes da meta 20, que garante o seu financiamento.

A destituição do Fórum Nacional de Educação (FNE) na sua composição original, por meio da Portaria 577/2017, representa um golpe na Educação, comprometendo em definitivo o monitoramento do PNE e a III CONAE.



 **NO**
PEMEX A LA
PRIVATIZACIÓN
RESPECTO A LA
CONSTITUCIÓN

 **NO**
PEMEX A LA
PRIVATIZACIÓN
RESPECTO A LA
CONSTITUCIÓN

Em defesa de uma agenda inclusiva

Resistir às diferentes formas de privatização

Parcerias público-privada (OS e OSCIP) e a terceirização

Contrapor à Nova Gestão Pública (NGP), a eficiência do privado

A naturalização da dinâmica do mercado (concorrência interna, individualização, diferenciação, a premiação)

Desprofissionalização do setor educacional

Denunciar o caráter injusto das avaliações e como elas impactam a confiança da sociedade

FNPE

Fórum Nacional Popular de Educação

CONAPE 2018

Conferência Nacional Popular
de Educação 2018

